

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Guanabara, 18 de abril de 1972

Da: Assistente de Coordenação da DEPE

Ao: Coordenador da DEPE

Ref.: Faz relatório de participação em reunião promovida pelo INEP para estudo da programação de pesquisas em 1972 e 1973 do INEP

Senhor Coordenador:

Na qualidade de substituta de V.Sa. e convocada pela Direção do INEP, com anuência dessa Coordenação, participei da reunião conjunta do INEP e seus Centros Regionais de Pesquisa e órgãos do MEC.

A reunião teve lugar na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME), Praça Gal. Tiburcio - Praia Vermelha - GB, e os trabalhos desenvolveram-se durante os dias 4, 5, 6 e 7 do corrente.

Visou a reunião o estabelecimento do Programa Anísio Teixeira (PAT) de estudos e pesquisas educacionais para o biênio 72/73 com os seguintes objetivos expressos em documento de normas distribuído pela Direção do INEP:

"OBJETIVOS DO PAT:

- conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas;
- identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, e experimen

tar e sugerir medidas para eliminá-las, a fim de que não venham a impedir ou dificultar a implantação das reformas citadas;

- oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função das necessidades, em pessoal, das diversas áreas de atividade do País, bem como das inclinações dos jovens brasileiros.

Foram organizadas quatro Comissões, uma para cada grau de ensino, e a 4ª destinada à programação de estudos e pesquisas em áreas especiais (alfabetização, tecnologias educacionais, financiamento da educação etc.).

As Comissões compostas por pesquisadores, especialistas de educação e de outras áreas como economia, sociologia, psicologia etc., foi confiada a tarefa de inteirarem-se das necessidades mais prementes e de definirem prioridades no campo da pesquisa educacional. Para tanto foram ouvidas entidades que realizam pesquisa educacional, social ou econômica no país e instituições que dela se valem em sua atuação no campo da educação.

Além dos representantes dos Centros Regionais de Pesquisa do INEP as quatro Comissões receberam informações de Secretarias de Educação, Universidades, Faculdades de Educação, órgãos do MEC e instituições como: PRODEM, SRAV, DAU, CAPES, DEC, MOBIL, DAC, PRONTEL, INC, FCBTUE, SRE, PREMEN, CENAFOR, AIR, CNRH, USP, PUC, IDES, DEM, CEPIMO, IPEA entre outras.

Após reunião prévia de cada uma das quatro Comissões, pela manhã do dia 4, o Sr. Diretor do INEP, Cel. Ayrton de Carvalho Mattos, iniciou os trabalhos esclarecendo a posição do INEP no campo da pesquisa educacional e indicando normas de atuação para as Comissões segundo os objetivos e interesses do INEP, que se pretende seja o órgão coordenador, em âmbito nacional, da pesquisa em educação. O período da tarde do dia 4 foi dedicado ao atendimento das entidades convidadas a exporem, seja o trabalho de pesquisa que realizam ou desejam realizar, seja as necessidades sentidas para execução administrativa ou técnica da educação.

Os dias 5, 6 e 7 foram dedicados aos trabalhos de iden

tificação de áreas prioritárias da pesquisa educacional visando primordialmente às tarefas de implantação da Reforma da Educação; buscou-se ainda proceder-se à explicitação dos objetivos de projetos de estudo e pesquisa relacionados em cada Comissão, após ouvidas as instituições consultadas, para melhor entendimento do enfoque dado a cada projeto.

Comissão II - 2º grau de ensino

Designada participante da Comissão II integrei grupo formado pelos seguintes representantes do INEP e outras instituições:

- INEP - Miriam Rose Raphaelian (CRPESP)
Nadia Franco da Cunha (Relatora)
- USP - José Augusto Dias (Coordenador)
Heládio Antunha
- CENAFOR - Eloysio Rodrigues da Silva
Guilherme Dutra da Fonseca
Manoel Cabral de Castro
- CNRH - Odaleia Cleide Alves Ramos
- USAID - Jorge Belfort Coelho Moraes
- IDEG - João Augusto Tarquínio de Souza

Desenvolvimento dos trabalhos

Dia 1

A Comissão identificando os objetivos precípuos dos trabalhos a serem desenvolvidos das 14,00 às 18,00 horas elaborou questionário a ser submetido às fontes a serem consultadas no período.

As indagações da Comissão giraram em torno das realizações e projetos de outras entidades de pesquisa com que as fontes consultadas houvessem trabalhado; estabelecimento de prioridades de estudo seja do ponto de vista técnico seja de âmbito geográfico de ação; possibilidades de colaboração entre as fontes a serem consultadas e o INEP.

Foram ouvidos:

- 1- CENAFOR - Encaminhou Exposição de Motivos para desenvolvimento do programa conjunto de pesquisas para o ensino de 2º grau. A mencionada Exposição de Motivos sugere seja constituída "Comissão interdisciplinar de pesquisadores de alto nível para que tomando como ponto de partida o Projeto PENTEC" (apresentado, a pedido do CENAFOR, pelo American Institutes for Research A.I.R.), para elaboração de "um projeto Nacional de pesquisas educacionais e treinamento de pesquisadores para o ensino de 2º grau".

Foi sugerido ainda que a referida comissão de especialistas fosse constituída por elementos do INEP, DEM, CENAFOR, CEPEMO, AIR e IPEA.

Os tópicos essenciais do programa versam sobre:

1. de cunho psico-pedagógico, tais como:
 - organização, análise e avaliação de currículo fundamentados em estudos de comportamento;
 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais.
2. de cunho administrativo, tais como:
 - estrutura de poder na burocracia educacional;
 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico administrativo;
 - análise de custos das experiências de 2º grau;
 - processo de introdução de inovações.
3. de cunho interdisciplinar, tais como:
 - avaliação dos recursos humanos de 2º grau,

tanto de natureza quantitativa como qualitativa;

- elaboração de perfis de pessoal docente e técnico administrativo.

4. de cunho sócio-econômico, tais como:

- análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos;
- comportamento da estrutura profissional de acordo com a mudança tecnológica.

As pesquisas em andamento sob a responsabilidade do CENAFOR são as seguintes:

- 1- Potencial de clientela dos cursos de formação do CENAFOR;
- 2- Profissionais de nível médio e superior da indústria paulista.

PRODEM

- Representado pelo Sr. Carlos Faria colocou como temas prioritários na área de pesquisas para o ensino de 2º grau os seguintes:

- 1) Elaboração de currículos em função do mercado de mão-de-obra.
- 2) Formação e treinamento de professores visando ao atendimento eficaz de situações novas de ensino decorrentes da lei de Reforma de Ensino.

CRPEMG

- Representado pela Profª. Terezinha Campos Aven-
danho.

CRPERGS

- Representado pelo Prof. Odiles Pereira.

CRPEBA

- Representado pela Profª. Regina Espinheira.

- CRPEPE - Representado pela Profª. Miriam Brindeiro.
- CNRH - Representado por Odaleia Ramos. Foi colocado o tema de Financiamento e Custos da Educação particularmente no que concerne ao ensino de 2º grau como sub-setor da macro-economia da educação.
- USAID - Representado pelo Prof. Jorge Belfort Coelho de Moraes.
Colocou a posição e objetivos da USAID em relação a esta reunião: requerer dos órgãos de pesquisa que detalhem o mais possível o que desejem da entidade e, em particular, ao INEP, a definição da área de pesquisas para a sua participação.
- IDEG - Representado pelo Sr. João Augusto Tarquinio de Souza.
Expôs a relação de pesquisas realizadas e em andamento, sendo, na sua maioria, ligadas ao campo de Recursos Humanos.

Dia 5

- SRAV - PR - Representado pela Profª. Malba Teixeira.
- CBPE - Representado pela Profª. Elza Nascimento Alves

Nos dias 6 e 7 procedeu-se à triagem das sugestões de temas de pesquisas apresentadas segundo os seguintes critérios:

- a) enquadramento nas seguintes áreas: psico-pedagógica, administrativa, sócio-econômica e de recursos humanos.
- b) Relacionamento claro e preciso com o 2º grau de ensino, observadas as prioridades do momento no que concerne à pesquisa educacional.

- c) Enunciação explícita de âmbito e objetivos específicos, evitando-se diversidade de conteúdos no mesmo projeto e delimitação de abrangência pouco nítida.
- d) Originalidade do projeto no sentido de não constituir tarefa de órgãos de administração direta.

A relação de temas apresentados pela Comissão foi a seguinte:

ENSINO DE 2º GRAU

Os temas que se seguem constituem síntese de relação de projetos de enfoque semelhante.

Nº DE ORDEM

A) - Aspectos psico-pedagógicos

- 2.1 - Organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;
- 2.2 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais;
- 2.3 - problemas de articulação do 2º grau com os demais níveis de ensino;
- 2.4 - avaliação da orientação educacional;
- 2.5 - rendimento escolar.

B) - Aspectos administrativos

- 2.6 - estrutura de poder na administração do ensino;
- 2.7 - análise de custos das experiências de 2º grau;
- 2.8 - processo de introdução de inovações;
- 2.9 - estudo de demanda do pessoal docente, técnico e de supervisão para o ensino do 2º grau;
- 2.10 - avaliação de métodos e experiências já realizadas na área do 2º grau;
- 2.11 - avaliação de desempenho de sistemas e unidades de ensino do 2º grau.

C) - Aspectos relativos a Recursos Humanos

- 2.12 - avaliação dos recursos humanos do 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;
- 2.13 - elaboração de perfis de pessoal docente e técnico-administrativo;
- 2.14 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico-administrativo.

D) - Aspectos sócio-econômicos

- 2.15 - análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- 2.16 - evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos: (escalonamento segundo a evolução do prestígio social de cada ocupação);
- 2.17 - comportamento da estrutura ocupacional de acordo com a mudança tecnológica;
- 2.18 - acompanhamento de egressos de escolas de 2º grau;
- 2.19 - aspirações dos estudantes do 2º grau.

As sugestões encaminhadas à Comissão de 2º grau de ensino versaram quase que exclusivamente, como não podia deixar de ser, sobre currículo e mão-de-obra, visando aspecto dos mais problemáticos, neste nível de ensino profissionalizante por força da Reforma da Educação.

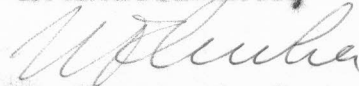
Parece ser preocupação geral o estabelecimento de integração efetiva de comunidade e escola em termos de demanda do mercado de trabalho, avaliação dos recursos humanos oriundos do 2º grau de ensino e de preparo técnico do pessoal docente deste nível.

O levantamento dos gastos com a educação e com o nível médio em particular, assume igualmente agora posição relevante em face da necessidade urgente de ampliação dos recursos financeiros destinados à educação, gerada esta necessidade em parte pela extensão da escolaridade obrigatória de 8 anos e pelo encarecimento de custeio do ensino de 2º grau. O reaparelhamento técnico de recursos humanos e materiais deste nível para atendimento dos novos

objetivos sugeridos pela Reforma constitui tarefa urgente e dispendiosa; a maioria das sugestões recebidas incluiu este aspecto revelando a preocupação no particular dos administradores da educação.

Sendo o que de essencial se passou na Reunião, na oportunidade firmo-me

Atenciosamente,



Nadia Franco da Cunha
Assistente de Coordenação

Ciente A Prof. Etza Rodrigues Martins, para
que se digue sentar. Em 25/4/72

A) Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

Ao: Dr. Jayme Abreu
M.D. Coordenador da DEPE-CBPE

OF. CIRCULAR Nº 449

Em 11 de abril de 1972.

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

A (o) Ilmo.(a) Sr.(a) NÁDIA FRANCO DA CUNHA

Assunto: Agradecimento (faz)

Prezado (a) Senhor (a)


O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e seu Diretor agradecem a inestimável colaboração que Vossa Senhoria nos prestou, por ocasião dos trabalhos desenvolvidos no período de 04 a 07 do corrente, com vista a subsidiar o estabelecimento, em articulação com os órgãos competentes, em escala nacional, de um plano prioritário de pesquisas educacionais e, em limites mais estreitos, a elaboração do plano operativo do INEP para o biênio 1972/73, bem como a fixação de normas para a formulação de projetos de pesquisa, que venham a ser financiados por este órgão.

Aproveitamos a oportunidade para informar a Vossa Senhoria que estamos remetendo, hoje, às Universidades, Faculdades isoladas, Secretarias de Educação e a outras entidades públicas e particulares que militam no campo da Educação, os documentos que, ora, também, lhe enviamos em anexo a este ofício.

Voltaremos ao assunto, com novas informações, após a restituição dos questionários constantes da documentação anexa.

Renovo a Vossa Senhoria nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor

Of. Circular nº 447

Em 11 de abril de 1972

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Ao:

Assunto: Preenchimento de questionário

Prezado Senhor:

A fim de que o INEP possa sugerir às entidades que participam de estudos e pesquisas educacionais um plano prioritário, em âmbito nacional, de trabalhos nesse campo, bem como possa atender, em sua programação, aos interesses e necessidades mais prementes dos órgãos de administração da educação, solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no sentido de ser respondido o questionário anexo (nº 1) e restituído uma das vias, até o fim do corrente mês, tendo em vista a elaboração da proposta orçamentária para 1973.

Visando a facilitar o preenchimento do questionário em causa, segue, também, como anexo (nº 2), uma relação de temas e áreas de estudos, levantamentos, pesquisas e experimentações, considerados de interesse geral para a problemática da educação em nosso país.

Tal relação foi elaborada por quatro grupos (ensino de 1º grau, ensino de 2º grau, ensino superior, ensino geral e tecnologia da educação), durante a Reunião Conjunta promovida recentemente pelo INEP, com a participação de representantes de órgãos da administração da educação, universidades e instituições de pesquisa, após consulta preliminar a entidades interessadas em uma ação articulada na área.

Agradecendo a atenção que Vossa Senhoria dispensar ao assunto, comunicamos que voltaremos a ele com novas informações, após o recebimento dos questionários respondidos.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - INEP

ANEXO Nº 1 - AO OFÍCIO CIRCULAR Nº 447 DE 11/04/1972

QUESTIONÁRIO SOBRE TEMAS E ÁREAS PARA ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PESQUISAS E
EXPERIMENTAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Obs. - A referência aos temas que figuram ao anexo n. 2 deve ser feita usando-se o respectivo "Nº DE ORDEM".

I - Considerando-se as atribuições estatutárias, regulamentares ou regimentais dessa entidade:

a) que temas e áreas entre os relacionados no anexo n. 2 são de interesse para as atividades da entidade?

b) que outros temas e áreas, além dos relacionados no anexo n. 2, devem ser cogitados, prioritariamente, no momento? (Focalizá-los em folha a ser juntada à presente, mencionando o tópico e os objetivos em vista, com respeito a cada tema).

II - Considerando o interesse dessa entidade:

c) quais, dentre os temas e áreas em consonância com as atribuições dessa entidade, conviria desenvolver-se com maior urgência?

III - Considerando a carência de informações que ocorre na área da educação - e que o INEP pretende atenuar, em breve - e o conhecimento que esta entidade possa ter a respeito:

- d) que temas, entre os relacionados no Anexo 2, se encontram em desenvolvimento, ou já foram desenvolvidos por alguma entidade no Brasil? (Mencionar o nº de ordem do tema junto ao nome da entidade em causa)

- e) essa entidade dispõe de pessoal apto a integrar equipes interdisciplinares de pesquisadores para atuar na área da Educação, elaborando projetos? (sim ou não)
- f) idem, para desenvolver projetos de pesquisa? (sim ou não)
- g) essa entidade tem desenvolvido projetos de pesquisas educacionais? (sim ou não)
- h) essa entidade pretende desenvolver, em sua programação própria, algum dos temas constantes da relação do Anexo 2 ? (em caso afirmativo, mencionar qual ou quais)

- i) essa entidade está desenvolvendo algum ou alguns dos temas mencionados? (em caso afirmativo, qual ou quais?)

IV - Considerando o valor da ação conjunta no desenvolvimento de um programa de estudos e pesquisas educacionais:

j) essa entidade participaria de uma programação em articulação com o INEP e outras entidades (sim ou não)

Em caso afirmativo, como considera mais viável essa participação? (a resposta sim dada aos quesitos seguintes não implica em compromisso prévio):

- l) na fase de elaboração dos projetos?
- m) na fase de desenvolvimento dos projetos?
- n) com pesquisadores?
- c) com pessoal auxiliar?
- p) com recursos financeiros em 1972?
- q) com recursos financeiros em 1973?
- r) com outros recursos? (quais?)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO CIRCULAR Nº 447, DE 11/04/72

RELAÇÃO DE TEMAS E ÁREAS DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS,
PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÕES, CONSIDERADOS DE INTE-
RESSE PARA A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

1. ENSINO DE 1º GRAU

Nº DE ORDEM

A) Temas referentes ao sistema educacional e aos currí-
culos

1.1 - PRODUTIVIDADE DOS SISTEMAS DE ENSINO

O objetivo é medir a eficiência do ensino do 1º grau, através do estudo de índices elucidativos e do rendimento do produto do sistema.

1.2 - A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO 1º GRAU EM ESCOLAS RURAIS:
SOLUÇÕES NECESSÁRIAS E RESULTADOS

Procura elaborar currículos adequados à educação ru-
ral com vistas à integração do indivíduo ao meio e à
fixação da assistência necessária ao desenvolvimento
do trabalho.

1.3 - INFLUÊNCIA DA REFORMA NO FLUXO ESCOLAR E NA REGULARIZA-
ÇÃO DA MATRÍCULA POR IDADE

Deverá verificar até que ponto o sentido democrati-
zante da Reforma se evidencia na regularização da ma-
trícula por idade e normalização do fluxo escolar.

1.4 - INFLUÊNCIA DOS ÓRGÃOS CENTRAIS DE EDUCAÇÃO NO TRABALHO
DAS ESCOLAS

Pretende verificar os resultados das normas e medi-
das tomadas pelos órgãos centrais na dinâmica e produ-
tividade da escola.

1.5 - SUPERVISÃO E PRODUTIVIDADE DO ENSINO

Buscará avaliar os gastos e as formas de atuação dos serviços de supervisão; seus reflexos sobre a produtividade do ensino; apreciar a validade desse tipo de trabalho, em confronto com outras soluções possíveis para o programa de assistência técnica ao professor.

1.6 - BASES PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Visa determinar as necessidades do educando, do ponto de vista de alimentação, saúde, material escolar etc., com vistas ao planejamento integrado da assistência ao educando, atendendo às peculiaridades existentes.

1.7 - RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA NA 1ª e 2ª SÉRIES DO ENSINO DE 1º GRAU

Procurará fixar a produtividade do ensino na 1ª e 2ª séries das escolas estaduais selecionadas para a implantação da Reforma, em comparação com as demais.

1.8 - EVASÃO DE ALUNOS NO 1º GRAU

Visa verificar as causas da evasão, as séries em que é mais elevada; o nível atingido pelo aluno evadido e o número de anos de frequência à escola.

1.9 - RELACIONAMENTO ESTADO/MUNICÍPIO NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANOS DE EDUCAÇÃO

Pretende fixar em que medida os Estados estão considerando, no planejamento da educação, a situação dos municípios; até que ponto se vem fazendo planejamento integrado de construções escolares, preparo e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico, assistência ao educando etc.

1.10 - FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR

Visa fixar índices de frequência (média, variabilidade etc.); os pontos de incidência da baixa frequência; suas causas determinantes; as medidas tomadas pela administração das escolas e do sistema para incentivar a frequência e seus resultados; a correlação entre frequência e produtividade.

1.11 - O ATENDIMENTO ÀS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS E A REFORMA DO 1º GRAU

Destina-se a verificar a preocupação revelada pelos administradores no atendimento às diferenças individuais, na elaboração de currículos e programas, no preparo e aperfeiçoamento do professor etc.

1.12 - BASES PARA REFORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU.

Visa fornecer subsídios para a reformulação de um programa de comunicação e expressão, considerando fatores como carga horária, número de alunos e condições desses alunos.

1.13 - CONDIÇÕES BÁSICAS PARA AQUISIÇÃO DE CONCEITOS NAS VÁRIAS ÁREAS DO CURRÍCULO:

Procurará fixar as condições de idade, nível intelectual e série escolar em que os alunos dominam certos conceitos essenciais e os recursos que favorecem aquela aquisição com a finalidade de concorrer para a reformulação de currículos da educação fundamental.

1.14 - ESCOLARIDADE E MÃO-DE-OBRA

Visa oferecer subsídios para reformulação de currículos e programas para a educação fundamental, fixando os aspectos em que a escola primária e o ginásio apresentam deficiências, através de entrevistas com empregadores, professores e diretores de escolas técnicas.

1.15 - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO EM FACE DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Compreende o estudo dos critérios e instrumentos de avaliação atuais, tendo em vista o espírito da Lei nº 5692 e ainda a elaboração e experimentação de novos critérios e instrumentos.

1.16 - SONDAGEM DE APTIDÕES NO 1º GRAU

Procurará verificar até que ponto é possível uma sondagem de aptidões e de interesses antes dos 14 anos que seja válida para a orientação do prosseguimento dos estudos ou para o ingresso num tipo de trabalho mais ou menos permanentes.

Nº DE ORDEM

1.17 - PADRÕES DE PROMOÇÃO USADOS NA 1ª SÉRIE

Analisará os instrumentos de medida do rendimento aplicados nos vários Estados, tendo em vista as características do aluno dessa série escolar.

1.18 - BASES PARA A REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS E PROGRAMAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Visa fornecer subsídios sobre apresentação, dosagem de programas, adaptação dos mesmos às diferenças individuais e locais, experimentação dos programas e fixação de materiais que os professores julgam necessários para a implantação dos currículos.

1.19 - AVALIAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL FACE AOS OBJETIVOS DA REFORMA DE 1º GRAU

Destina-se a verificar se os serviços de orientação educacional contribuem, e em que medida, para a consecução dos objetivos do ensino de 1º grau.

B) Temas referentes ao processo ensino/aprendizagem

1.20 - A INTEGRAÇÃO NO ENSINO DE 1º GRAU

Visa verificar as formas de integração tentadas pelas escolas, os resultados das mesmas e as condições básicas para sua efetivação.

1.21 - FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM APRENDIZAGEM INSATISFATÓRIA E SEUS RESULTADOS

Procurará verificar o resultado das atuais turmas paralelas de recuperação, em confronto com outras soluções para o problema, como a utilização de professorandos em micro-ensino e ensino por equipes.

1.22 - PADRÕES PARA A AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DO ALUNO E DO CURRÍCULO

Visa verificar o rendimento obtido pelos diferentes tipos de alunos, com o objetivo de reformular currículos, adaptando-os às diferenças individuais e organizar instrumentos válidos de medida do rendimento.

1.23 - DEFICIÊNCIAS DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO AO 1º ANO

Aprofundando trabalho anterior, a presente pesquisa procurará fixar em que aspectos vem falhando o orientador pedagógico.

1.24 - DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO 1º GRAU

Pretende verificar as dificuldades de crianças com várias características na aprendizagem de noções de matemática, com vistas à fixação de conteúdo e a dosagem dos programas.

1.25 - INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DIDÁTICOS NO RENDIMENTO DO ENSINO DOS FATOS FUNDAMENTAIS

Visa a verificar as dificuldades das crianças com várias características na aprendizagem de noções de matemática, com vistas à organização de programas.

1.26 - CORRELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS EM LEITURA SILENCIOSA E LEITURA ORAL NA 1ª SÉRIE

Procurará verificar se será válido utilizar apenas um tipo de medida na área de leitura.

1.27 - EFICIÊNCIA DE DIFERENTES RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM DA ORTOGRAFIA

Pretende verificar que recursos se revelam mais eficazes no ensino da ortografia nas séries iniciais da escola fundamental.

1.28 - INFLUÊNCIA DA GRAMÁTICA ESTRUTURAL NO USO EFICIENTE DA LÍNGUA

Procurará verificar a influência de exercícios estruturais na formação de automatismos de expressão escrita, em confronto com outras formas de ensino da gramática.

1.29 - VOCABULÁRIO CUJA SIGNIFICAÇÃO VARIA COM A REGIÃO

Visa a fornecer subsídios para a organização de programas radiofônicos e teleducativos, para a elaboração de livros didáticos etc.

C) Temas referentes a recursos humanos

1.30 - EFICIÊNCIA DE DIFERENTES FORMAS DE COMUNICAÇÃO PARA LEVAR A PESQUISA AO PROFESSOR

Procurará verificar que formas de comunicação são mais adequadas para levar os resultados da pesquisa ao professor, visando à modificação de seu comportamento.

1.31 - IMPLANTAÇÃO EXPERIMENTAL DE NOVOS CURRÍCULOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO, RECICLAGEM E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

Visa levar à melhoria do rendimento dos referidos cursos.

1.32 - USO DE FILMES NO PREPARO DE PROFESSORES PARA A REFORMA DO ENSINO DE 1º GRAU

Procurará verificar a eficiência de recursos audiovisuais na implantação da Reforma.

1.33 - NOVOS RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA ÁREA DA PRÁTICA DE ENSINO

Pretende introduzir, sob a forma de experimentação pedagógica, novos recursos para a realização da prática de ensino: aulas simuladas, micro-ensino, trabalho em grupo, e avaliar seus resultados em confronto com as formas tradicionais de preparo do professor nessa área.

1.34 - EFICIÊNCIA DOS PROFESSORES COM DIFERENTES TIPOS DE FORMAÇÃO AO ATUAREM NAS SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO DE 1º GRAU

Pretende verificar a influência dos vários tipos de formação de professor - licenciatura plena, curta, ou curso normal, ou forma que combine mais de um tipo de formação, sob a produtividade de ensino de 1º grau.

1.35 - INTERESSE DOS PROFESSORES LICENCIADOS EM ATUAR EM FAIXAS DO 1º GRAU E DO 2º

Pretende determinar, com vistas a um planejamento da educação, quais as preferências do professor habilitado a lecionar no 1º e 2º graus.

Nº DE ORDEM

1.36 - ATITUDE DO PROFESSOR DE GINÁSIO FACE À REFORMA DO ENSINO

Visa verificar se há dificuldades ou resistências do atual professor de ginásio para adaptar-se ao espírito da educação fundamental e as causas que condicionam a situação,

1.37 - FORMAÇÃO DO PROFESSOR POLIVALENTE

Procura determinar a validade dos currículos e da duração dos cursos para a formação do professor polivalente.

1.38 - ATUAÇÃO DO PROFESSOR POLIVALENTE

Visa fixar quais as formas de polivalências dese-
jáveis e as vantagens da atuação deste tipo de profes-
sor.

1.39 - VALIDADE DOS CURSOS DE TREINAMENTO DE PROFESSORES PA-
RA A ESCOLA FUNDAMENTAL

Propõe-se a verificar que tipos de cursos levam a uma mudança real do comportamento do professor. As características desses cursos poderão ser estudadas em pesquisas diversificadas para professores de 1ª série, leigos, polivalentes etc.

2. ENSINO DE 2º GRAU

Os temas que se seguem constituem síntese de relação de projetos de enfoque semelhante.

Nº DE ORDEM

A) - Aspectos psico-pedagógicos

- 2.1 - Organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;
- 2.2 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais;
- 2.3 - problemas de articulação do 2º grau com os demais níveis de ensino;
- 2.4 - avaliação da orientação educacional;
- 2.5 - rendimento escolar.

B) - Aspectos administrativos

- 2.6 - estrutura de poder na administração do ensino;
- 2.7 - análise de custos das experiências de 2º grau;
- 2.8 - processo de introdução de inovações;
- 2.9 - estudo de demanda do pessoal docente, técnico e de su pervisão para o ensino do 2º grau;
- 2.10 - avaliação de métodos e experiências já realizadas na área do 2º grau;
- 2.11 - aspirações dos estudantes do 2º grau;
- 2.12 - avaliação de desempenho de sistemas e unidades de ensino do 2º grau.

C - Aspectos relativos a Recursos Humanos

- 2.13 - avaliação dos recursos humanos do 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;
- 2.14 - elaboração de perfis de pessoal docente e técnico-administrativo;
- 2.15 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico-administrativo.

Nº DE ORDEM

D) - Aspectos sócio-econômicos

- 2.16 - análise ocupacional definindo tipos e nível de qualifi-
cação exigido pelo mercado de trabalho;
- 2.17 - evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos
específicos: (escalonamento segundo a evolução do pres-
tígio social de cada ocupação);
- 2.18 - comportamento da estrutura ocupacional de acordo com a
mudança tecnológica;
- 2.19 - acompanhamento de egressos de escolas de 2º grau.

2.20 - aspirações dos estudantes do 2º grau. *

3. ENSINO SUPERIOR

Nº DE ORDEM

- 3.1 - Carga horária do estudante, incluindo tempo dedicado a estudos individuais.
- 3.2 - Pesquisa psico-pedagógica da aptidão para estudos de nível superior, visando à adequada formulação de testes do concurso vestibular.
- 3.3 - Perda do sistema universitário.
- 3.4 - Caracterização do corpo docente do ensino superior.
- 3.5 - Necessidade de pessoal docente para atender à expansão do Ensino Superior: aspectos quantitativo e qualitativo.
- 3.6 - Relação entre a expansão do ensino superior e o mercado de trabalho.
- 3.7 - Relação Universidade/Comunidade e avaliação de programas.
- 3.8 - Capacidade e possibilidade da Universidade brasileira para a educação de adultos.
- 3.9 - Estrutura universitária vigente (institucionalização do departamento).
- 3.10 - Diversificação do currículo: verificação, comparação regional e atendimento das necessidades locais.
- 3.11 - Formação do profissional de educação na Universidade.
- 3.12 - Cursos profissionais de pequena duração na Universidade.
- 3.13 - Avaliação da implantação do 1º ciclo na Universidade brasileira.
- 3.14 - Viabilidade técnica e econômica da introdução de sistemas de tecnologia educacional no âmbito do ensino superior.
- 3.15 - Situação da pós-graduação do País.
- 3.16 - A política de pós-graduação no Brasil e o mercado de trabalho.

Nº DE ORDEM

- 3.17 - Ensino Superior no Grande Rio.
- 3.18 - Avaliação dos sistemas de financiamento do ensino superior.
- 3.19 - Custo do ensino superior.
- 3.20 - Mecanismo de bloqueio na implantação da reforma universitária.
- 3.21 - Aproveitamento pelo mercado ocupacional dos egressos dos cursos de Pedagogia.
- 3.22 - Implantação experimental de currículos de cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização de professores do ensino de 2º grau.
- 3.23 - Características pessoais e preparo necessários ao pesquisador em educação.
- 3.24 - Perfil social dos estudantes universitários e escolha de carreiras.
- 3.25 - Fatores sociais e deserção estudantil na Universidade.
- 3.26 - Ritmo e características sociais da expansão do sistema de educação superior.
- 3.27 - A Universidade e seu meio ambiente econômico e social.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO 2 AO OFÍCIO Nº 447 DE 11/04/72

ÁREAS ESPECIAIS

4. ENSINO SUPLETIVONº DE ORDEM

4.1 - A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E SEUS RESULTADOS

Visa fixar as mudanças operadas na vida do adulto submetido ao programa de alfabetização conforme o tipo desse programa.

4.2 - MÉTODOS E RECURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Destina-se a verificar a eficácia relativa de diferentes métodos e recursos de alfabetização de adultos.

4.3 - O RECENTE ALFABETIZADO E O MUNDO DE TRABALHO

Visa fixar os efeitos dos programas de ensino supletivo - em suas diferentes etapas - sobre a vida profissional.

4.4 - ADEQUAÇÃO DOS CURRÍCULOS DO ENSINO SUPLETIVO À SUA CLIENTELA ESPECÍFICA

Objetiva verificar até que ponto o ensino supletivo está sendo uma imitação do sistema regular e em que medida é encarado como problema específico de uma clientela e visando em particular aspectos relativos à vida de trabalho.

4.5 - OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS PARA EGRESSOS DO ENSINO SUPLETIVO

Objetiva fixar as oportunidades existentes e como encaminhar os educandos para as mesmas.

Nº DE ORDEM

4.6 - EDUCAÇÃO PERMANENTE NO BRASIL

Destina-se a fixar em que setores já se evidencia a preocupação com a educação permanente.

4.7 - EXAMES DE MADUREZA - CRITÉRIOS ADOTADOS

Destina-se a avaliar os critérios adotados para o exame de madureza e o rendimento obtido, tendo em vista a função dos referidos exames.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO Nº 447, DE 11/04/72

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nº DE ORDEM

5.1 - CARACTERIZAÇÃO DO EXCEPCIONAL

Destina-se a avaliar os atuais critérios utilizados para o diagnóstico do excepcional com vistas à sua possível reformulação.

5.2 - EDUCAÇÃO DO SUPER-DOTADO

Visa fixar métodos e recursos mais adequados para a educação dos super-dotados.

5.3 - O EXCEPCIONAL INFRA-DOTADO E O TRABALHO

Experimentação visando estabelecer as formas de trabalho viáveis para os diferentes tipos de excepcionais em meios diversos.

5.4 - O EXCEPCIONAL INFRA-DOTADO E A VIDA FAMILIAR

Pretende fixar currículos e formas de atendimento ao excepcional que favoreça sua integração no núcleo familiar.

5.5 - MODERNAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Procurará fixar os resultados de utilização das modernas tecnologias na educação do excepcional.

6. TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Nº DE ORDEM

6.1 - SOLUÇÕES MAIS EFICAZES DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Visa fixar que recursos se revelam mais eficientes - e se isolados ou combinados - para atender a problemas de educação regular e de educação supletiva.

6.2 - AVALIAÇÃO DA TELEVISÃO EDUCATIVA

Procura avaliar, com vistas a levar a um aperfeiçoamento, as seguintes iniciativas:

- Unidade Experimental de TVE, em âmbito do ensino fundamental do Paraná;
- A televisão educativa integrada no sistema de ensino do Maranhão;
- Cursos de Alfabetização de Adultos de Pernambuco e Guanabara;
- Cursos de Madureza pela televisão de Pernambuco;
- Cursos através do Rádio e Televisão para o Ensino Supletivo;
- A novela João da Silva.

6.3 - AVALIAÇÃO DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Objetiva fixar os pontos altos e as possíveis falhas dos sistemas de radiodifusão educativa:

- Sistema FEPLAM;
- Sistema de recepção controlada e recepção organizada (estudo comparativo).

6.4 - AVALIAÇÃO DOS NOVOS CURRÍCULOS E OS MATERIAIS DISPONÍVEIS NA ÁREA DE FILMES, DIAFILMES E DIAPOSITIVOS

Objetiva avaliar os materiais existentes tendo em vista os novos currículos elaborados para a implantação das reformas do ensino.

6.5 - FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO USO DE AUDIOVISUAIS POR MEIO DE FILMES

Experimentação sobre as condições mais eficientes de utilização de uma série de filmes sobre recursos audiovisuais por diferentes tipos de profissionais.

6.6 - ÁREAS EDUCACIONAIS PRIORITÁRIAS PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Destina-se fixar em que setores educacionais as inovações tecnológicas parecem mais indicadas e a eficiência e o custo das mesmas.

6.7 - INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM ÁREAS PIONEIRAS

Experimentação destinada a verificar o valor destes recursos em áreas como a Transamazônia e as Faixas de Fronteira Oeste e Norte.

6.8 - ENSINO INDIVIDUALIZADO E PRODUTIVIDADE DA EDUCAÇÃO

Experimentação pedagógica procurando verificar os resultados do ensino individualizado.

6.9 - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA OPERACIONAL DOS CENTROS AUDIOVISUAIS BRASILEIROS

Visa ao conhecimento de sua ação na difusão e inovação de novas técnicas de ensino e na formação de pessoal especializado.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO Nº 447, DE 11/04/1972

7. DIVERSOS

Nº DE ORDEM

A) - Documentação e Informação

7.1 - INFORMAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Revisão e atualização das fontes básicas de informações, tendo em vista estabelecer um sistema ordenado e coordenado de facilidades documentárias e de circulação de dados na área da educação.

7.2 - PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL

Diagnóstico das dificuldades e dos trabalhos realizados pelas instituições de pesquisa educacional no país.

B) - Educação no Contexto Social

7.3 - LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E SUA INTEGRAÇÃO NO MEIO ECONÔMICO E SOCIAL

Visa medir o grau de integração ou adequação de atendimento do sistema educacional às necessidades do meio sócio-econômico, em termos de micro-regiões homogêneas.

7.4 - A VISÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM VALOR POR PARTE DO GRUPO FAMILIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA DE ENSINO

Objetiva fixar o valor atribuído pela família à educação e suas repercussões na evasão escolar, nas relações família-escola etc.

7.5 - INSERÇÃO LOCAL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: LIMITES E PERSPECTIVAS

Visa estudar a escola com relação às outras instituições locais, seus relacionamentos e dependências, os elementos de apoio com que conta a escola, os efeitos da visão da escola por parte da sociedade e a utilização da escola como centro de irradiação cultural.

7.6 - A ESTRUTURA DO "CAMPO EDUCACIONAL"

Objetiva estudar os agentes educacionais especializados: posição, necessidades e grupos sociais a que atendem.

7.7 - PARÂMETROS REAIS PARA O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Visa determinar os parâmetros reais dos sistemas escolares, com vistas a elaborar indicadores significativos para uma política

de ação e acompanhamento das transformações ocorridas nesses eis temas.

7.8 - MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Estudo de modelos visando à integração escolar, que atendam às diferenças regionais e considerem os complexos escolares, a intercomplementariedade, as escolas isoladas, etc.

C) - Financiamento da Educação

7.9 - LEVANTAMENTO DOS GASTOS E DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO; DETERMINAÇÃO DO CUSTO DO ALUNO-ANO

Busca proceder ao levantamento dos gastos efetuados em educação; avaliar a estrutura econômica da educação visando à minimização dos gastos e maximização dos recursos disponíveis; determinar o custo do aluno.

7.10 - PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS GASTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

Pretende avaliar quantitativamente, em termos de recursos previstos nos orçamentos, a posição relativa da educação no Brasil: crescimento e proporcionalidade em relação a outras despesas, distribuição pelos diversos níveis de ensino, fatores historicamente responsáveis pelas discrepâncias.

D) - Recursos Humanos

7.11 - LIDERANÇA EM EDUCAÇÃO

Estudo da mão-de-obra disponível para as tarefas de liderança no setor educacional.

7.12 - CARÊNCIAS DE PESSOAL EM EDUCAÇÃO

Visa fixar os setores em que há carência de profissionais e as razões que as determinam.

E) - Assistência ao Educando

7.13 - NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Pretende identificar as necessidades nesse setor e estabelecer critérios para a efetivação da assistência ao educando.

7.14 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SÓCIO-ECONÔMICA

Visa preparar um instrumento que permita diagnosticar o aluno carente de recursos para obtenção de bolsas de estudo e de alimentação e outros tipos de assistência.

Sugestões de temas de estudos e pesquisas da Diretora do Departamento de Ensino Médio e Superior da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro em 28/3/72.

- 1 - Estudo sôbre a eficiência dos professores formados em nível superior, regentes de classes do ensino primário:
 - a) adaptação e interesse;
 - b) qualidade na atuação como professor e como coordenador ou orientador;
 - c) tempo de magistério de professores nestas condições.
- 2 - Qualificação do inspetor de ensino médio.
- 3 - Levantamento do mercado de trabalho: análise da demanda empresarial e seu condicionamento à oferta das escolas.
- 4 - Matrículas - por município: comparação entre a demanda potencial e a demanda efetiva (três níveis de ensino).
- 5 - Realizações na área do ensino particular na implantação da reforma de ensino (especialmente no que respeita à organização de currículo) - Ensino Médio.
- 6 - Análise de currículo dos cursos adicionais (4ª série do curso Normal).

Em 29/3/72



Nadia Cunha

17º Professor Madia Cunha, para representar
a DEPE do CBPE, no preço deputando
realizar.

Em 24/3/72

Jayme Arnis
Coordenador



DEPE.

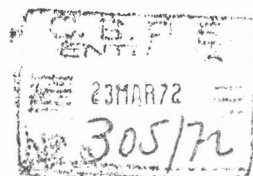
22 MAR 1972

Of. Circular nº 342/C

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Ac: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/GB

Assunto: Programa de pesquisas do INEP 72/73



Senhor Diretor,

*Aos Drs. Coordenadores das
Divisões de Pesquisas e
Chefe da Seção de Audiovisuais
do CBPE. Em 24.3.72
R. Mont...*

A fim de proceder a estudos para a fixação do programa de pesquisas do INEP, biênio 72/73 (PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA), este órgão deverá promover, no período de 4 a 7 de abril vindouro, reunião com seus Centros de Pesquisas Educacionais e Serviço de Recursos Audiovisuais, bem como com representantes de órgãos do MEC.

A sistemática de ação encontra-se descrita no documento anexo, para o qual pedimos especial atenção de V.Sa. no tocante aos contatos que esse Centro deverá manter com entidades locais.

Atenciosamente,

Ayrton de Carvalho Mattos
Ayrton de Carvalho Mattos

Diretor do INEP

O INEP desenvolverá, no exercício de 1972/73, o PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA (PAT), de estudos e pesquisas educacionais, a fim de oferecer subsídios para a consecução, na forma mais completa possível, dos objetivos da política educacional em vigor ou para a reformulação dessa política.

OBJETIVOS DO PAT:

O PAT terá como meta a consecução dos seguintes objetivos:

- conhecer a situação da educação nacional, no momento em que se iniciam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a fim de possibilitar correta e ampla avaliação das medidas que vierem a ser adotadas;
- identificar as debilidades dos diversos sistemas de ensino, conhecer das respectivas causas, e experimentar e sugerir medidas para eliminá-las, a fim de que não venham a impedir ou dificultar a implantação das reformas citadas;
- oferecer subsídios para orientar a formação profissional de nossa juventude, em função das necessidades, em pessoal, das diversas áreas de atividade do País, bem como das inclinações dos jovens brasileiros.

SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO PAT

- O PROGRAMA ANÍSIO TEIXEIRA (PAT) será elaborado por quatro comissões destinadas a atender as áreas do ensino de 1º grau, 2º grau, superior e áreas especiais (alfabetização, tecnologias educacionais etc...).
- Cada comissão será composta por pesquisadores (preferentemente) ou especialistas em educação e outras áreas (sociologia, economia, psicologia etc...), visando obter-se, sempre, o caráter multidisciplinar nas pesquisas.
- Os Centros de Pesquisas Educacionais e o Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP, localizados em SP, RS, PE, GB, MG, BA e PR, através dos seus setores de pesquisas ficarão encarregados da elaboração de um documento preliminar objetivando:
 - a) informar sobre as necessidades de estudos e pesquisas na área;
 - b) informar sobre os estudos e pesquisas que estão sendo focalizados na área;
 - c) indicar as entidades e/ou especialistas em condições de executarem projetos específicos.

O documento referido deverá desdobrar-se em tantos capítulos quantos os níveis de ensino enfocados. Solicita-se, ainda, seja referendado por todos os profissionais que tenham colaborado na sua elaboração.

SISTEMÁTICA DE AÇÃO A NÍVEL/CENTROS

- Para a elaboração do documento preliminar, os Centros deverão manter contato com as Secretarias de Educação, Universidades, instituições locais de pesquisa, organismos regionais, quando for o caso, e demais órgãos que julgarem convenientes, de modo a que o Programa seja planejado através de ampla consulta com os potenciais utilizadores das pesquisas e/ou executores.

SISTEMÁTICA DE AÇÃO A NÍVEL/INEP-SEDE

- A fim de que as 4 comissões compostas por níveis de ensino possam apresentar o documento final, que consistirá na própria definição do PAT, realizar-se-á, no período de 4 a 7 de abril próximo, uma reunião que contará com a participação de representantes dos Centros de Pesquisas Educacionais (preferentemente os responsáveis pela Divisão de Pesquisas) e o Serviço de Recursos Audiovisuais do INEP e representantes de órgãos do MEC.
- Os representantes dos Centros de Pesquisas Educacionais e do Serviço de Recursos Audiovisuais serão os portadores dos documentos preliminares elaborados nos Estados.
- As 4 comissões ouvirão os elementos mencionados no primeiro item, objetivando sentir as necessidades mais prementes e as prioridades a serem definidas em termos de pesquisa educacional.
- Será, em seguida, elaborado o documento final de cada comissão, indicando escopo dos projetos em alguns casos e temas em outros, co-ordenadores, executores, área de abrangência, previsão de custos e prazo de execução.
- O documento final será levado a discussão em reunião conjunta das 4 comissões.
- Aprovado o PAT, os executores terão o prazo de 60 dias para elaborar e apresentarem os projetos ao INEP para julgamento de sua via bilidade técnica e financeira.
- O início de execução propriamente dita do PAT está fixado para os primeiros dias de julho vindouro.

SUBSÍDIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA
REFORMA DE EDUCAÇÃO

DEPE - CBPE - INEP

Projeto 1 - "Levantamento da situação educacional e sua integração no meio econômico e social em cada micro-região homogênea"

- a) Estado escolhido para projeto-piloto:
Estado do Rio de Janeiro. *(com anexo)*
- b) estudos similares segundo modelo do projeto-piloto do Estado do Rio de Janeiro nas demais unidades da federação

Projeto 2 - "Levantamentos dos gastos e da produtividade do ensino; determinação do custo do aluno-ano".

- a) Instituição de grupo de técnicos brasileiros e estrangeiros e de servidores públicos mobilizados pelo INEP para, especializados e treinados, constituírem corpo de especialistas aptos a realizarem esses estudos com periodicidade regular, em setor criado na DEPE.

Visto
H. B. L. L. L. L.
Em 28/2/72
Rec. Brasília

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Plano Setorial de Educação e Cultura (1972/1974) e o Programa de Estudos e Pesquisas do INEP

No contexto das grandes linhas da reforma educacional em processo, cabe ao INEP o desempenho de atividades de estudos e pesquisas do MEC de importância ^{para a política} para a política educacional e o planejamento, em completo entrosamento com a ação dos Conselhos de Educação, dos órgãos do MEC, das administrações estaduais e das escolas, aos quais interessa o aproveitamento dos frutos de seu trabalho.

O programa a ser desenvolvido pelo INEP ^{enunciado a seguir,} ganha especial significação nesta fase decisiva da educação nacional, tendo em vista os objetivos do Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974.

São suas linhas-mestras:

- incremento da rentabilidade, produtividade e eficiência do sistema educacional
- melhoria da qualidade do ensino
- integração da educação, da pesquisa e da tecnologia no desenvolvimento global do País.

Tais desideratos ^{que} supõem como peças básicas o estudo e a pesquisa.

Deve o INEP, portanto, assumir no desenvolvimento do Plano Setorial uma enorme responsabilidade para a qual, se por um lado ainda não está ^{devidamente} ~~suficientemente~~ aparelhado de pessoal, de outro já conta com perspectivas de maior flexibilidade para obtenção dos recursos humanos e materiais, com uma experiência apreciável e boa respectividade de parte dos organismos estaduais.

O programa que se impõe ao órgão de pesquisa do MEC, para que venha de fato a permitir às autoridades governamentais tomarem medidas mais seguras - com base em estudos, pesquisas, projetos piloto e de experimentação pedagógica - envolve várias áreas, entre as quais destacam-se:

- 1) Avanços e estudos relativos a condições geo-econômicas, culturais e educacionais etc. das várias regiões, destinados a servir de base à orientação da política educacional e do planejamento (no que respeita, por exemplo, a tipos de escolas desejáveis a implantar e sua localização, a opções aconselháveis ao currículo do ensino do 2º grau e superior, com vista às necessidades locais).

objetivo

- Pesquisas sobre o exame de madureza: sua função, critérios adotados e rendimento obtido; *além do critério do M.S.M.O.*
- Estudo de critérios para classificação de escolas normais com relação à capacidade de formar eficientemente pessoal para atender a uma zona determinada
- Pesquisa sobre critérios de seleção de alunos para curso de formação de magistério da educação fundamental e seus resultados.
- Estudos sobre mão-de-obra disponível para as tarefas de liderança no setor educacional
- Estudos sobre a atuação das Faculdades de Educação na formação dos professores e especialistas previstos pela reforma do ensino de 1º e 2º graus.

em andamento
 Na ~~programação~~ programação dos trabalhos do INEP, na área de pesquisas, encontram-se em andamento, através dos Centros de Pesquisas Educacionais, projetos que identificam a preocupação do órgão com os múltiplos setores do campo da educação, pretendendo-se obter a efetivação do entrosamento entre estudo-pesquisas, de um lado, e decisão-e execução, de outro, por meio de crescente integração das tarefas do INEP no contexto das grandes linhas de atuação do Governo.

Dentre os objetivos que orientam a execução dos trabalhos em curso, podem ser destacados:

- Desenvolver projetos de pesquisa e experimentação pedagógica básicos para a implantação de ensino de 1º e 2º graus, especialmente no que respeita à reformulação de currículos e programas e ao treinamento e aperfeiçoamento do magistério
- Realizar estudos e pesquisas sobre o ensino normal e o professorado em exercício, tendo em vista a melhoria da produtividade do magistério do ensino fundamental;
- Desenvolver projetos específicos de pesquisa sobre focos de improdutividade dos sistemas escolares, em especial a repetência no 1º ano;
- Fornecer subsídios aos educadores e pesquisadores para o melhor conhecimento da realidade educacional e social dos alunos da

escola primária, subministrando a êsses educadores e pesquisadores bases para a implementação da Operação-Escola;

- Caracterizar o tipo e o nível de formação dos diretores de estabelecimentos de ensino normal do Nordeste;

Como exemplos específicos, citam-se:

Através de CRPE de Pernambuco: Pesquisa com o objetivo de configurar os tipos de famílias dos alunos da Escola Experimental, a través de indicadores, como profissões dos pais, seu nível de instrução, condições de habitação, padrão de conforto doméstico e nível de leitura usual em família, além de outros subsídios colhidos em entrevistas, para o conhecimento mais preciso e o acompanhamento mais adequado dos alunos da Escola Experimental do CRPE de Recife.

Através de CRPE de Minas Gerais: Pesquisa com o objetivo de verificar a possibilidade de alfabetização, em um ano, de crianças na faixa de 7 anos de idade desfavorecidas, utilizando o Método Ecletico e o Método Misto.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: Pesquisa "Bases para a reformulação de currículos e programas da Escola fundamental" -

Objetiva oferecer aos Estados bases para a organização de currículos e programas, envolvendo:

- Prepare de sugestões de programas experimentais para a educação fundamental, com adaptação às condições infantis e locais;

- Levantamentos básicos para esse fim;

- Preparação de materiais experimentais para implantação dos currículos;

- Padronização de testes para avaliação dos currículos;

- Caracterização de áreas ecológicas (micro-regiões);

- *Escolas, igrejas e casas de obra?*

Assinale-se, ainda, a preocupação do INEP em, com base no conhecimento dos objetivos dos projetos dos diversos órgãos da administração da educação na área federal, estadual e municipal, conduzir seus programas visando à ação coordenada para a integração de

fins e meios. Numerosos exemplos pederiam ser citados a respeito, até pela presença, em alguns Estados da Federação, dos Centros de Pesquisas Educacionais, cujo trabalho não poderia ser levado a efeito sem a mais completa articulação com os serviços locais.

Com a mesma preocupação de efetuar ação coordenada em estudos e pesquisas na área da educação, tem o INEP firmado convênios com Universidades, de que o celebrado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Faculdade de Educação, constitui o exemplo mais recente. Pretende-se, através deste Convênio, intensificar a colaboração mútua entre as partes, visando-se, inclusive, o desenvolvimento de estudos e pesquisas e a promoção de cursos de pós-graduação em educação para a formação e aperfeiçoamento de especialistas.

Finalmente, ressalt~~a~~-se que, na VIII Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, realizada entre 29 de novembro e 3 de dezembro último, em Brasília, tendo sido examinados os subtemas "A LDB e a Lei nº 5 692/71", "O currículo na nova Lei" e "A implantação da nova Lei", foi adotada a seguinte recomendação, após a definição, nas subcomissões e em plenário, da elevada missão que caberá ao INEP cumprir, tendo em vista a reforma educacional em processo no país:

que "Os órgãos competentes, tais como INEP, Universidades, Secretarias de Educação, Conselhos Estaduais, promovam levantamentos, estudos e pesquisas destinados a facilitar a solução dos problemas suscitados pela nova Lei".

Sugestões de Plano de trabalho para 1972 - DAM do CBPE

I - Pesquisas sobre a situação do 1º ano

- 1 - Dificuldades da criança de 1º ano em leitura e fatores que concorrem para essas dificuldades +
- 2 - Dificuldades da criança de 1º ano em ortografia e fatores que concorrem para essas dificuldades +
- 3 - Dificuldades da criança de 1º ano em Matemática e fatores que concorrem para essas dificuldades +
- 4 - Correlação entre os resultados em leitura silenciosa e leitura oral na 1ª. série
- 5 - Serão adaptados os padrões de promoção e os programas de 1º ano?
- 6 - Deficiências do orientador de 1º ano

II - Pesquisas e experimentação pedagógica sobre formação do magistério para o ensino fundamental

- 1 - Critérios para seleção de alunos de Escolas Normais +
- 2 - Uma experiência de formação do magistério: o Instituto de Educação de Vitória +

III - Reformulação de currículos e programas para a educação fundamental

- Dosagem e apresentação de programas para o 1º ano +
- - Idem, para as demais séries
- Materiais de que o professor necessita para implantação do currículo no 1º ano +
- - Idem, de outras séries

IV - Outros problemas relacionados à implantação da reforma

- Padronização de um teste para medir o rendimento do 1º ano +
- - Idem, de 2º ano

V - Escolarização e Mão de Obra †

† Projetos em andamento

- Eficiência de diferentes tipos de materiais para implantação da reforma do ensino fundamental
- Dificuldades e resistências do atual professor de ginásio para adaptar-se ao espírito da educação fundamental
- Eficiência dos professores de diferentes formações nas séries finais da escola fundamental

- Filmes (próprio DEF)
- Audiovisuais - prof. Petícia
- Convênio FAP/Ed - INEP → Form. de prof. e especialistas M. Fac. de Ed., tendo em vista os objetivos da ref.
- Correlação entre os exames vestib. e os resultados obtidos no curso de graduação.
- Form. de especialistas M. Fac. de Ed., tendo em vista as necessidades específicas indicadas M. CBE
- A form. de especialistas em ed. em curso de pós-grad.
- Extensão de projetos do CBPE, ainda restritos a 1 ou alguns Est., e outras Univ.

DASP

INEPE DAPC

- História → seleção
 Estrutura
 Personal

Centro ou Belofonia, Estudos

- Comissão de Programação
 Parâmetros para a seleção do projeto:
1. Essencialidade
 2. Executor
 3. Recursos